

UM RAIOS X DO SEGMENTO DO LIVRO NO BRASIL

O que pensam cinco dos principais executivos do Setor do Livro no Brasil. Hubert Alquéres, José Castilho Marques Neto, Luís Antonio Torelli, Rosely Boschini, e Vitor Tavares falam sobre o segmento do Livro no Brasil

Nesta primeira edição de 2011 da Revista ANL, que entra em sua segunda década de vida, trazemos uma entrevista especial. Um raio X do setor, na visão de Hubert Alquéres, José Castilho Marques Neto*, Luís Antonio Torelli, Rosely Boschini e Vitor Tavares, que falam sobre o segmento do Livro no Brasil, enquanto estiveram à frente das Instituições: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL); Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL); Câmara

Brasileira do Livro (CBL), e Associação Nacional de Livrarias (ANL), respectivamente, ao longo dos últimos 4 anos. Para ampliarmos e democratizarmos ainda mais o debate, convidamos como entrevistadores: Fabiano dos Santos Piuba - Diretor Nacional de Livro, Leitura e Literatura do MinC; e os jornalistas João Augusto, Portal Brasil Que Lê; Maria Fernanda, Portal Publishnews; Raquel Cozer, do Jornal O Estado de São Paulo; que compuseram junto a editora da Revista ANL, Marilu G. do Amaral, as questões que seguem.

Fabiano dos Santos Piuba - Qual é a posição de sua entidade em torno da aprovação do projeto de lei que cria o Fundo Pró-Leitura e a contribuição social do setor produtivo do livro?

Hubert Alquéres - Essa é uma questão bastante polêmica. É claro que a desoneração do pagamento do PIS/COFINS da cadeia produtiva do livro a partir de 2004 representou certo alívio e permitiu a diminuição do preço final do livro ao consumidor. É também uma boa ideia, na teoria, o repasse de 1% da receita do mercado de livros para um fundo que financie as ações previstas no Plano Nacional do Livro e Leitura. O problema, porém, é ter garantia de que esses recursos de fato serão utilizados para ações que incentivem a leitura. Todos conhecemos o desvirtuamento feito pela CPMF que trouxe grande ônus para a sociedade brasileira.

José Castilho Marques Neto - O desenvolvimento e a crescente aceitação dos quatro eixos do PNLL como a grande referência de consenso para todos que lutam por um Brasil pleno de leitores, fizeram com que a ideia do Fundo Pró-Leitura se tornasse um dos principais pilares da sustentabilidade financeira de tudo que ainda se precisa fazer para que tenhamos um país de leitores. Isso significa que a democratização do acesso, a formação de mediadores e a da ideia de leitura como bem insubstituível no imaginário dos brasileiros, aliado às medidas de apoio ao desenvolvimento da economia do livro, teriam num fundo gerido pelo Estado e pela Sociedade, o necessário oxigênio para poder se sustentar financeiramente e crescer independentemente de conveniências políticas de futuros governos. Por essas razões é fundamental a aprovação do PL do Fundo Pró-Leitura!

Luís Antonio Torelli - A ABDL é signatária do projeto que criou o fundo Pró-Leitura e, portanto, não apenas aprova a criação do fundo social, mas também entende que somente com a participação efetiva do setor privado em parceria com o setor



Da esquerda para direita: Antonio Torelli (ABDL); Rosely Boschini (CBL); Vitor Tavares (ANL); e José Castilho Marques Neto (PNLL); confraternização no Jantar da ANL, em dezembro de 2010 (Foto: Guedes)

público é que vamos avançar positivamente e alcançar os resultados que tanto esperamos e necessitamos nas questões envolvendo o livro e a leitura. Já não é possível protelar as ações que devemos implementar para desenvolver no Brasil uma sociedade leitora plena de cidadania e verdadeiramente democrática. Como o livro tem o condão de conscientizar, o editor, o autor, o livreiro e o vendedor de livros não podem ser meros espectadores deste processo de transformação, mas devem assumir seu papel de, juntamente com o Estado, formar uma sociedade melhor. Assim, ganhamos todos.

Rosely Boschini - A Câmara Brasileira do Livro apoia a sua criação, mas o governo ainda não viabilizou sua criação formal. O diálogo mantido entre o setor editorial e o governo possibilita a criação desta importante iniciativa. O fato é que cada uma das ações empreendidas por editoras, livrarias, distribuidoras e todos aqueles que integram a cadeia do livro está, a rigor, e o tempo todo, voltada para que pessoas leiam mais e mais. Desde que o governo brasileiro promoveu, em 2004, a desoneração fiscal dos livros (estabelecendo tarifa zero para o PIS e a COFINS), culminando depois com a criação do Fundo Pró-Livro, as ações

de responsabilidade social empresarial do mercado editorial se tornaram ainda mais fortes. Nos últimos anos, por exemplo, entidades representativas do setor – incluindo a CBL – contribuíram com doações voluntárias para criar o Instituto Pró-Livro (IPL).

Mantido totalmente com recursos privados, a partir de doações espontâneas de mais de 500 editores, livreiros e atacadistas, o IPL materializa a noção de responsabilidade social empresarial desse mercado. Ele foi criado e funciona justamente para fomentar o acesso e apoiar as políticas públicas do livro e da leitura

Vitor Tavares - A aprovação do PL é de vital importância para facilitar o acesso ao livro e apoiamos sua criação. Essa contribuição é um compromisso que os empresários do setor firmaram com o Governo Federal por ocasião da desoneração do PIS/COFINS das empresas editoriais. Mesmo com todas as conquistas que obtivemos nos últimos anos e a participação efetiva do MinC, promovendo ações que contemplaram todo o segmento livreiro no Brasil, sabemos que o setor, com as novas tecnologias, passa por grandes mudanças e os desafios serão cada vez mais presentes. Sem investimentos, bons projetos e princi-

palmente trabalho em sinergia com todos os agentes do setor, será muito mais difícil enfrentar essa nova realidade e colocar em prática a nossa verdadeira missão que é formar novos leitores, difundir e facilitar o acesso ao livro para todos os cidadãos, independentemente de onde eles estejam em nosso país.

Raquel Cozer - Considerando o crescimento do mercado editorial, ao longo da última década, é possível pensar num modelo comercial que não priorize a consignação de livros? Você teria exemplos de como isso funciona em outros países?

Hubert Alquéres - Essa é outra questão que suscita enorme discussão no mercado e não há solução simples. Pelo modelo atual, as editoras são as responsáveis pelos grandes investimentos – pagamentos de direito autoral ao escritor, gráfica, distribuição e o tempo em que o livro fica na loja até ser vendido. Por outro lado, é compreensível que uma livraria não compre todos os livros que vende, afinal são milhares de títulos lançados mensalmente pelas editoras, não há capacidade física para estocar e recursos para financiar esse investimento. Mas, deveria haver um esforço conjunto para tornar o livro mais acessível, com programas que realmente incentivem a leitura, desde a formação do professor até a abertura de bibliotecas em todos os municípios e escolas brasileiras.

Um mercado que está crescendo bastante nos Estados Unidos, por exemplo, é o da “impressão sob demanda”. Talvez essa seja uma das soluções a curto prazo. A Booksurge, adquirida pela Amazon em 2005, é o maior exemplo de editora sob demanda. Além disso, o livro digital também abre novas perspectivas, afinal não há impressão nem distribuição, apenas um arquivo que fica disponível para compra online. Mas o Brasil precisa ainda definir sua plataforma.

José Castilho Marques Neto - Eu tenho quase 34 anos de participação no mercado editorial, sou do tempo da cha-



mada “dúzia de treze”, e de alguns outros procedimentos comerciais que foram utilizados pelo setor durante essas três décadas. Talvez as únicas coisas que esses procedimentos tiveram em comum foram a criatividade no enfrentamento das dificuldades que surgiram para o sempre difícil comércio livreiro. A consignação que hoje se impõem durará até que outra forma se sobreponha e seja aceita pela maioria, portanto, não vejo essa questão da consignação como o fator que determina “o problema” do negócio. A questão central continua sendo o baixo número de leitores assíduos e a agilidade na adaptação ao desenvolvimento profissional do mercado livreiro que, como todos os outros setores do comércio, modificam-se de acordo com a realidade econômica, social e tecnológica de cada país. Não há modelos, há a profissionalização como chave desse enigma que é vender livros cada vez mais e melhor.

Luís Antonio Torelli - Sim, sem dúvida. O setor de venda de livros porta a porta é o exemplo mais flagrante de um modelo de comercialização que não adota a prática da consignação. Todas as transações são vendas efetivas, podendo em alguns ca-



Foto: Divulgação

sos, por mera liberalidade da editora, aceitar a troca de um produto por outro. E a ABDL congrega justamente essas empresas que comercializam livros por intermédio de vendedores itinerantes em todo o Brasil.

Rosely Boschini - A consignação de produtos editoriais é bastante disseminada no mercado brasileiro e também internacional. A prática é histórica e envolve não só livros, mas também jornais, revistas e outros bens do segmento editorial. Na medida em que a área apresenta maior consolidação econômica, é natural que se discuta formas mais seguras de negociação entre os agentes da cadeia. Isso acontece em qualquer país. Creio que temos agora condições de amadurecer essa questão, em um momento em que o Brasil avança de forma sólida e sustentável no âmbito social e econômico.

Vitor Tavares - Eu costumo dizer que consignação no setor livreiro é algo quase irreversível, hoje mais de 80% das livrarias brasileiras se abastecem via sistema de compras consignadas, não vejo possibilidade, imediata, para um acervo por meio de compras firmes, isso é reflexo do baixo giro de estoque de uma livraria. Exceto os best-sellers, o giro médio de uma livraria é de 6 meses, se ela compra com um faturamento médio de 45 dias, não há capital suficiente para bancar esse estoque, tornando-a inviável comercialmente. Neste caso a compra consignada, se bem gerenciada, tanto por parte da livraria como por parte das editoras e distribuidoras, é uma boa solução.

Outros países também apresentam os mesmos problemas, mas em sua maioria, enxergam nas livrarias um verdadeiro parceiro e não um atravessador ou um concorrente; elas respeitam cada agente do mercado e, via de regra, oferecem tratamento igual, independentemente do perfil da livraria, coisa que nem sempre ocorre no Brasil. Algumas de nossas editoras e distribuidoras não são parceiras dos livreiros, fornecem condições



Foto: Divulgação

comerciais especiais para grandes redes de livrarias, provocando uma concorrência desleal na ponta do varejo; outras atravessam as livrarias, vendendo seus livros pelo seu próprio e-commerce, ou mesmo diretamente ao consumidor final, em escolas e bibliotecas, com descontos maiores do que fornecem ao livreiro estabelecido. Todas essas questões, tornam o livreiro independente cada vez mais excluído da cadeia comercial; provoca o fechamento de pontos de vendas nas cidades menores e até mesmo em bairros das grandes capitais.

Maria Fernanda - A revolução digital é rápida e começa a encontrar espaço no mercado editorial brasileiro. Como você imagina o futuro dos livros e das livrarias?

Hubert Alquéres - O livro digital veio para ficar, é um processo irreversível. Isso não significa, porém, que o livro de papel deixará de existir, pelo menos não nos próximos anos. Os dois formatos poderão conviver perfeitamente, sem que um exclua o outro.

Acredito que no início o livro digital vai revolucionar a educação. Não faz sentido, por exemplo, que um aluno leve para

escola uma mochila pesada, lotada de livros dos quais irá utilizar apenas cinco ou seis páginas de cada um por dia. Num simples e leve aparelho de leitura digital, qualquer que seja ele, próprio do aluno ou mesmo da escola, poderão estar disponíveis todos esses livros, e muitos outros. Esse é só um exemplo. Precisamos tirar o melhor das novas tecnologias, e não lutar contra elas. As editoras vão precisar se adaptar a essa realidade e o governo deverá ficar atento para que a nova ordem não desorganize este importante setor produtivo.

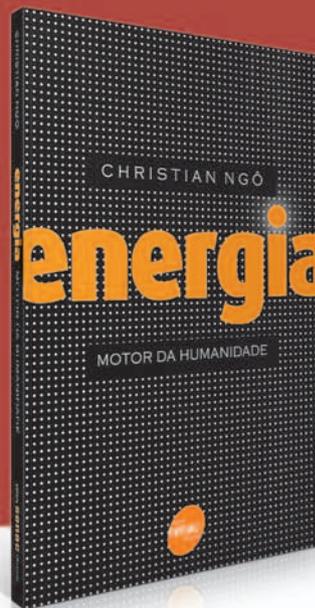
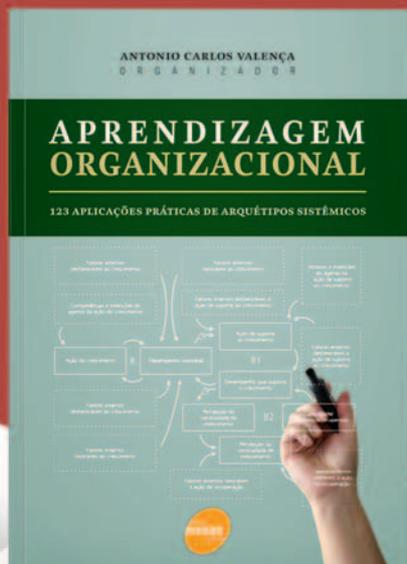
José Castilho Marques Neto - Sou um otimista por natureza e por convicção. Tanto como docente quanto como editor eu me acostumei a observar (e também muitas vezes a contribuir!) para que uma ideia ou um projeto humano frágil no início pudesse florescer e se tornar pujante e forte. E quando uma ideia se torna forte

o suficiente para convencer a maioria ou parte significativa da sociedade, fazendo com que o essencial de uma atividade humana cresça ainda mais, e permaneça como um valor universal adquirido pela história, eu entendo que o resultado tende a ser melhor que o anterior. No caso, se a revolução digital conquistar mais e melhores leitores e preservar os conteúdos elaborados pelo processo criativo dos autores, por que não ver com otimismo essa nova tecnologia que conviverá com os tradicionais livros em papel? Cada vez com mais frequência nos esquecemos que o mundo é feito de diversidade e haverá sempre leitores se identificando com mil formas de ler, não apenas uma única que alguns sábios pensam que será eterna! Não nos espantemos com o novo, isso é fundamental à nossa atividade como autores, editores e livreiros.

Luís Antonio Torelli - Esta é uma realidade

que não podemos ignorar, mesmo não tendo ainda nos atingido com a força observada em outros países. É preciso ficar atento a esta vertente inevitável que, em minha opinião, transformará toda a cadeia produtiva do livro. Acredito também que essa onda de impacto demorará mais tempo para nos alcançar, devido ao fato de nosso setor atender eminentemente um público de baixa renda e de possuir características bem peculiares de comercialização e relacionamento com o cliente. Com certeza, dia virá em que o vendedor de livros já não transportará uma mala cheia de livros de papel, mas sim dispositivos digitais que, em poucos minutos, disponibilizará para seu cliente tudo o que ele deseja ler ou, talvez, até aquilo que ele nunca imaginou existir. E isso ocorrerá no conforto de sua casa, escola ou escritório, com o privilégio de ser atendido por um profissional ple-

Diversidade com qualidade, nossa especialidade.



Turismo de saúde e bem-estar no mundo
João Viegas Fernandes e Filomena Maurício Viegas Fernandes

Aprendizagem organizacional
Antonio Carlos Valença (org.)

Energia: motor da humanidade
Christian Ngô





namente capacitado a lhe revelar todas as novidades do mercado e a despertar nele o desejo de ampliar seu mundo com conteúdos úteis e interessantes.

Rosely Boschini - Em primeiro lugar, devemos encarar as mídias digitais como mais uma alternativa de acesso à leitura, e isso é muito importante. Também é importante frisar que o livro digital é uma tendência irreversível. Em breve, surgirá um consistente mercado de equipamentos de leitores eletrônicos, que cativarão parte dos consumidores. O mercado editorial deve estar atento a este movimento, e se prepara para atender de maneira ampla o segmento. É imprescindível que o setor editorial crie modelos de negócios para atender de maneira eficaz a essa nova demanda. Cabe ao setor livreiro aproveitar tais possibilidades da nova tecnologia, desenvolvendo uma vertente mercadológica promissora e capaz de contribuir para o aumento do número de leitores. A tendência no futuro é de uma convivência harmoniosa entre as mídias convencional e digital.

Vitor Tavares - Haverá espaço para as duas ou mais plataformas de conteúdo, penso que a livraria do futuro deverá trabalhar

de forma híbrida, isso é, oferecer tudo aquilo que o futuro leitor buscar. Não acredito que o livro digital vá substituir plenamente o livro em papel. O problema central está onde encontrar financiamentos para todo esse investimento? Mais do que adaptar-se ao livro digital, o livreiro independente tem que buscar atualizações tecnológicas, em todas as áreas de seu estabelecimento e, principalmente, ter capital de giro, são esses os nossos verdadeiros desafios imediatos. Lembro, ainda, que o cliente está cada vez mais informado, exigente e menos fiel. Nossa tarefa será compreendê-lo, atender as expectativas e retê-lo em nossos negócios, com programas eficazes de fidelidade. Quem não estiver atento a tudo isso, aí sim, poderá desaparecer.

João Augusto - Qual a sua avaliação dos oito anos do governo Lula para a área do Livro e Leitura? O que falta ser feito e o que ficou de positivo como política para o setor?

Hubert Alquéres - O grande problema do governo Lula foi improvisar em setores prioritários, como segurança, justiça, saúde, meio ambiente, cultura e direitos humanos. Somos uma das 10 maiores economias do mundo, hoje estável graças à política econômica adotada há 15 anos, mas para continuarmos crescendo e figurando entre as melhores não podemos retroceder e muito menos improvisar. Como em outras áreas, o Brasil precisa de estratégia clara em sua política cultural, valorizando as nossas tradições, a nossa história, as nossas raízes. Especificamente em relação ao livro, não é preciso falar sobre o que a leitura e seu incentivo, trazem de benefícios a um país. E esta não parece ter sido uma das prioridades do governo Lula. A Lei do Livro até hoje não foi regulamentada. A questão dos direitos autorais desagradou a todos.

José Castilho Marques Neto - Essa é uma resposta que requer uma reflexão mais longa e remeto o leitor para o livro PNLL – Textos e história – 2006-2010



Foto: Divulgação

que está gratuitamente distribuído digitalmente no portal www.pnll.gov.br. Mas, resumidamente, entendo que o governo que começou mal na área em 2003, fechando a Secretaria Nacional do Livro, único órgão que centralizava os problemas do setor em nível ministerial, também deu passos importantes como a desoneração fiscal; o Ano Ibero-americano da Leitura; a criação e consolidação do PNLL e agora dos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura; o grande investimento no setor pelo MinC que foram os programas “Mais Cultura”, investindo na democratização do acesso; a primeira tentativa de reorganização das estruturas de governo com a criação da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura no MinC. Mas antes de qualquer coisa, a diretriz política de construir tudo isso juntando ESTADO e SOCIEDADE e EDUCAÇÃO e CULTURA! Esse governo possibilitou dizer que o que se construiu foi obra coletiva, sem assinaturas personalistas e que a boa política cultural é necessariamente uma Política de Estado, durável, de todos e para todos!

Luís Antonio Torelli - A ABDL, junta-



Foto: Divulgação

mente com as principais entidades representativas do mercado editorial, procurou sempre nestes últimos anos estar lado a lado com o governo, principalmente com o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, para articular as políticas culturais, notadamente as políticas voltadas para o livro e a leitura. Posso assim afirmar, com toda convicção, que avançamos muito graças à sensibilidade e à postura dos que representaram o governo Lula. Planos foram elaborados; orçamentos, sistematicamente ampliados; promessas, cumpridas e outras ainda certamente o serão pelo novo governo, até porque este processo já não tem volta.

A sensação é a de que, finalmente, o Brasil começou a resgatar sua imensa dívida para com seu povo, disponibilizando instrumentos de acesso aos meios culturais no sentido mais amplo.

Entre tantas conquistas, a maior, sem dúvida, é o PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura que contém as diretrizes para uma verdadeira política pública de incentivo à leitura e ao livro. Implantar as recomendações e propostas do PNLL é o grande objetivo a ser alcançado no governo Dilma.

Rosely Boschini - O surgimento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) é um ponto a ressaltar e representa a maioridade conquistada pelas instituições brasileiras nesse item. O momento favorável da economia facilitou, mas a ação conjunta que tem sido empreendida nos anos recentes pelo governo e agentes da cadeia do livro no âmbito do PNLL é bastante consistente. Há nas prerrogativas do PNLL itens muito relevantes, como o de capacitar bibliotecários e desenvolver mais a cadeia produtiva do setor editorial. A atuação em ambas frentes é fundamental para fomentar o hábito da leitura no país.

Vitor Tavares - Os últimos três governos deram mais atenção ao setor, em especial, os dois do Governo Lula, avançamos bastante. O desafio de fazer com

que todos os municípios tivessem ao menos uma biblioteca, estamos quase lá; o lançamento do Procultura; o cartão Mais Cultura; a desoneração tributária do setor; o aumento da verba para o MinC; as compras de livros por parte dos governos, tanto para atualização das bibliotecas como para formação dos professores e livros didáticos para os alunos das escolas públicas; os programas de incentivos à leitura e formação de novos leitores; mais o crescimento econômico, com aumento da renda do cidadão, contribuíram muito para o desenvolvimento do setor.

Penso que se o Governo Federal, através de suas instituições, como o MinC, por exemplo, mantiver e fortalecer todos os programas que deram certo no setor editorial e livreiro e, mais: desonerar as livrarias que estão no sistema simples federal do PIS/CONFINS; formar mais bibliotecários; manter abertas as bibliotecas públicas nos finais de semana e incentivar a visitação pública a elas; provocar a institucionalização do Plano Nacional do Livro e da Leitura; a criação do Instituto do Livro; e, ainda, criar mais programas de incentivos à leitura e formação de novos leitores nas escolas, acredito que, em pouco tempo, teremos de fato um país de leitores.

Marilu Amaral – Quais os principais desafios para seus sucessores?

Hubert Alquéres - Acredito que seja manter o trabalho que vinha sendo feito, afinal os números comprovam que estávamos no caminho certo. Hoje, a Imprensa Oficial é uma das mais importantes editoras do país, com um catálogo de mais de 700 títulos, entre produções próprias e coedições com as principais editoras universitárias. Mais do que isso, é uma empresa lucrativa, totalmente autossustentável.

Desde que assumi o cargo, em 2003, procuramos continuar e aprofundar o trabalho de modernização que já tinha se iniciado no governo Mário Covas.



Foto: Guedes

Fizemos mudanças estruturais e conceituais. Os resultados começam com a gráfica, atualmente uma das mais modernas do Brasil, com equipamentos de última geração. A Imprensa Oficial expandiu suas atividades, consolidou-se como editora e passou a ser Autoridade Certificadora Digital. Neste período 21 prêmios Jabutis foram conferidos às obras da Imprensa Oficial e dois livros do ano, conferidos pela Câmara Brasileira do Livro. Desenvolvemos também a Coleção Aplauso, que reúne grande parte da memória artística nacional em seus mais de 250 títulos publicados. Outra conquista da Imprensa Oficial foi tornar-se pioneira na utilização da tecnologia de certificação digital na administração pública. E temos, ainda, o portal www.imprensaoficial.com.br, hoje com cerca de 2 milhões de acessos por mês.

José Castilho Marques Neto - O principal desafio dos novos governantes é manter e fazer crescer os objetivos expressos nos quatro eixos do PNLL e fazer com que eles avancem ainda mais. Portanto, o desafio é não destruir o que foi feito e o consenso adquirido pelo Plano (coisa que é prática comum nos governos que



se sucedem!) e fazer com que cada um dos eixos ganhe mais força e sustentabilidade, organizando também as reivindicações de melhor lugar e exposição política das questões do setor junto ao governo federal e à sociedade. Impõe-se para o próximo quadriênio a criação da Secretaria Nacional ou do Instituto do Livro, Leitura e Literatura, que possa ser o grande órgão de força e representativo da área da criação, da leitura, da economia, da mediação junto ao poder central. Sempre afirmei um dos consensos mais sábios construídos pelos muitos militantes da leitura: a política de leitura no país ou será permanente e de longo prazo ou não será Política de Estado, a única que formará um país de leitores.

Luís Antonio Torelli - A nova diretoria da ABDL, confirmada em 14 de fevereiro último, tem a frente um jovem e competente executivo, Diego Drumond e Lima. Diego, com certeza, deverá apresentar um programa de gestão com propostas que visem principalmente preparar este mercado para o futuro. Creio ser este seu grande desafio.

Rosely Boschini - Os desafios são dar prosseguimento à políticas de desenvolvimento do livro e da leitura no país, facilitar incentivos para o incremento do setor editorial, principalmente no que tange à distribuição de livros, além de estabelecer um ambiente legislativo seguro no que se refere ao direito autoral, com benefício igualitário para autores, editores e livreiros. Porém, somente com o diálogo entre as partes envolvidas e o governo conseguiremos avançar nesses pontos pendentes.

Vitor Tavares - Os principais desafios desta próxima gestão da ANL, acredito serem: manter a aproximação e o trabalho em parceria com as demais entidades co-irmãs, essa sinergia entre as diretorias de várias entidades do setor, o que provocou muitos ganhos para todos os agentes do setor do livro; manter e aprimorar, ainda, o trabalho, que nossas duas últimas gestões, junto



Foto: Guedes

aos organismos governamentais como: MinC, MEC, PNLL, entre outros, que fez da ANL uma Entidade reconhecida e respeitada em todos os níveis governamentais.

É, também, muito importante, até mesmo para o fortalecimento das livrarias, a busca, com todas as forças, de uma lei que, de fato, venha a proteger as livrarias, principalmente as independentes. Sem uma lei de defesa das livrarias, não

será o livro digital quem selará seu fim e sim a concorrência desleal e práticas comerciais predatórias, por parte de alguns grandes varejistas e sites que também vendem livros.

**Quando do fechamento desta edição José Castilho Marques Neto foi convidado a continuar no cargo secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), por pelo menos mais seis meses.*

Agradecemos, em especial, a participação dos entrevistadores convidados:

- Fabiano dos Santos Piuba - Diretor Nacional de Livro, Leitura e Literatura do MinC.
 - João Augusto – Jornalista, editor do Portal Brasil Que Lê
 - Maria Fernanda – Jornalista, chefe de redação do Portal Publishnews
 - Raquel Cozer – Jornalista, repórter do Caderno Sabático, do Jornal O Estado de S. Paulo
- Sem os quais esta matéria não atingiria o seu principal objetivo, o de buscar uma ampla visão do que pensam estes 5 executivos, destaques entre os principais articulistas do segmento do Livro no Brasil, nos últimos 4 anos, à frente de suas Instituições.

Marilu G. do Amaral
 Editora da Revista ANL